

Índios Kaingáng e colonizadores: versões do conflito na Vila da Piganta, 1923

Grazieli Eurich

Licenciada em História (UNICENTRO)

Raphael Nunes Nicoletti Sebrian

Professor do Departamento de História (UNICENTRO)

Resumo: A pesquisa tem como tema o conflito entre os índios Kaingang e os colonizadores, de abril de 1923, na sede da Vila da Pitanga, atual município de Pitanga/PR. Pretende-se analisar as versões do conflito no interrogatório dos índios detidos (1923), no jornal "O Pharol" (abril, 1923), e em dois livros regionais: *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs* (1999), de Manuel Borba de Camargo, e *Lendário Caminho do Peabiru na Serra da Pitanga* (2002), de Terezinha Aguiar Vaz.

Palavras-chaves: Pitanga (vila); Conflito; Índios; Colonizadores.

Abstract: This paper addresses the conflict between the Kaingáng indigenous population and non-indigenous colonizers in April 1923 in the center of *Vila da Pitanga* (currently the city of Pitanga, Paraná state, Southern Brazil). I shall analyze the versions of this conflict available in the newspaper *O Pharol* (April 1923), in the *Interrogatório dos Índios Detidos* (1923), and in the regional books *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs* (1999) by Manuel Borba de Camargo, and *Lendário Caminho do Peabiru na Serra da Pitanga* (2002) by Terezinha Aguiar Vaz.

Keywords: Pitanga (village); Conflict; Indians; Settlers.

Resúmen: La investigación es sobre el conflicto entre indígenas Kaingangs y colonos, ocurrido en abril de 1923, en la sede de la Vila Pitanga, actual ciudad de Pitanga, Paraná. El objetivo es examinar las versiones de los conflictos que figuran en los textos siguientes: el interrogatorio de los detenidos indios (documento de fecha 1923, el Archivo Histórico de Guarapuava), dos libros regionales: Manuel Borba de Camargo, *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs* (1999) y Terezinha Aguiar Vaz, *Lendário Caminho do Peabiru na Serra da Pitanga* (2002); y también el periódico "O Pharol" (abril, 1923), que informó del conflicto. El estudio de la literatura en general y específicamente de este tema tiene como objetivo construir un marco de referencias históricas para el estudio de las fuentes que les problematizem.

Palabras-clave: Pitanga (villa); Conflicto; Indios; Colonos.

Este artigo pretende investigar versões e interpretações de um conflito ocorrido entre indígenas e colonos. Não se trata de construir um mosaico a partir de “recortes” de locutores distintos, peças de origens diferentes formando um todo, mas de explorar, através da especificidade de abordagem, das diferenças, da temporalidade, dos interesses, um tema pouco estudado na historiografia regional.

O “corpus” documental analisado é constituído por dois livros de literatura regional: Manuel Borba de Camargo, *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingang*s (1999) e Terezinha Aguiar Vaz, *Lendário Caminho do Peabiru na Serra da Pitanga* (2002), três edições do periódico “O Pharol” (abril, 1923) e um processo crime (documento datado de 1923 do Arquivo Histórico de Guarapuava). Essas fontes singulares tratam de um mesmo acontecimento, o conflito envolvendo indígenas e colonizadores na Vila da Pitanga em 1923.

O artigo é proposto na dimensão da história política renovada. “A nova história política que começa a se consolidar a partir dos anos de 1980 passa a se interessar também pelo ‘poder’ nas suas outras modalidades”.¹ Os interesses e objetos da história política são todos aqueles atravessados pela noção de poder, relações políticas entre grupos, pelos movimentos e tensões sociais: É preciso também apontar os caminhos da renovação da história política, seja através do estudo de temas já tradicionais, como partidos, eleições, guerras ou biografias, trabalhados porém em uma nova perspectiva, seja através da análise de novos objetos, como a opinião pública, a mídia ou o discurso.²

A renovação da história política foi estimulada pelo contato com diferentes disciplinas, tanto das ciências sociais, quanto de outras áreas de interesse do campo das humanidades: A lingüística [por exemplo] orientou a pesquisa para a análise do discurso, redobrou o interesse tradicional que os historiadores tinham pela leitura dos textos que, supõe-se, exprimem intenções ou, ao contrário, as traem e visam a dissimular os projetos ou discordâncias; também forneceu métodos de tratamento e interpretação.³

Segundo Alexandre Hecker, para a história contemporânea, os acontecimentos políticos mantêm-se como fio condutor por meio do qual outros processos vão ganhando consistência. Assim, a história política se interessa por várias áreas, ações e idéias: A história política se vê obrigada a tomar variadas posições nos “lugares da política”, ou seja, a interessar-se pelos espaços diversos dos sistemas políticos que abarcam, genericamente, o lugar no qual se formam

¹ BARROS, José D’ Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.107.

² RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.6.

³ RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.30.

as decisões coletivizadas (tomadas por poucos para atingir muitos), as questões relacionadas à soberania e às instâncias em que se lida com a força coativa.⁴

Na mesma perspectiva de Rémond, Hecker afirma que a história política é construtora de objetos de natureza interdisciplinar. E essa interdisciplinaridade nos interessa ao pensar em um conflito não apenas de dimensões políticas, mas também ligado a questões diversas (econômicas, sociais, culturais e até mesmo religiosas) de impacto regional.

A partir da década de 1970, tem crescido o número de pesquisas e estudos de historiografia que se direcionam ao regional: O estudo do regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular.⁵

Essa historiografia regional emerge muitas vezes de regiões mais pobres, distantes dos centros econômicos, ressaltando as diferenças e a multiplicidade, enquanto o nacional costuma preocupar-se com as semelhanças. Pensando também numa história regional, este artigo contribui para a escrita da história da cidade, com um tema popular na região de Pitanga, porém tratado sem o aprofundamento necessário até então. Três tipos de documentos são arrolados nesta análise: cartorial, literatura regional e imprensa/periódica. Os métodos de análise aplicados a cada um desses tipos de produção envolvem procedimentos específicos. A literatura regional deve ser entendida como colaboradora para a construção da história da cidade. Para Janotti,⁶ devemos considerar objetos do estudo historiográfico tanto obras que foram escritas visando o conhecimento da História, como aquelas que, sem empreender investigações originais, utilizaram-se desse conhecimento para explicar a evolução de uma determinada formação social.

O autor do livro *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs* (1999), Manuel Borba de Camargo, formado em Direito e Letras, é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Também tem seis livros publicados sobre a história da cidade de Pitanga, um em forma de pequenos poemas. A data de publicação do livro que aqui nos interessa é confusa, pois o capítulo “O Crepúsculo de uma raça”, com o mesmo conteúdo do livro, foi publicado anteriormente numa revista intitulada “Histórico de Pitanga”, em 1977, sem a assinatura do autor. Ou seja, o conteúdo presente no livro já havia sido veiculado antes mesmo

⁴ HECKER, Alexandre. A história política e o seu historiador. Entre Passado e Futuro. Revista de História Contemporânea. São Paulo, n.1, maio/2002. p.33.

⁵ AMADO, Janaína. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos (org.) *República em migalhas: História regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p.13.

⁶ JANOTTI, Maria. Lourdes. Historiografia, Uma Questão Regional? In: SILVA, Marcos (org.) *República em migalhas: História regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p.91-101.

da publicação oficial, em 1999. Em relação ao livro, observaremos as incongruências entre a história e a literatura regional, muitas vezes de tom memorialístico, respeitando a especificidade de cada uma delas, em um livro que assume ser (e que se posiciona como) no prefácio: “documento histórico de grande valia [...] constitui um valioso registro das reais dificuldades enfrentadas na colonização de Pitanga”.⁷ A outra fonte da literatura regional é o livro de Terezinha Aguiar Vaz, *Lendário Caminho do Peabiru na Serra da Pitanga* (2002). Nele continua o intuito de elaboração uma história “pitanguense e paranaense”. Também formada em Letras, a autora pertence à Academia de Letras, Ciências e Artes de Guarapuava e é reconhecida por esta como pesquisadora. Esse livro, que pretende contar a história da cidade, foi patrocinado pela Prefeitura Municipal de Pitanga em 2002. Ao tratar da história de Pitanga, dando destaque às famílias pioneiras, a autora reserva especificamente sete páginas para tratar do conflito que é tema deste artigo. Segundo Camargo, o início da revolta se deu pela disputa de terras, quando os índios Kaingang, pelo decreto nº 294 – 17/04/1913, foram obrigados a deixar a reserva localizada à margem direita do Rio Ivaí, entre os rios Ubazinho e Jacaré, concedida a eles em 09 de setembro de 1901 pelo decreto nº 08, e mudaram-se para a margem esquerda. O governo do Paraná trocou as terras da margem direita, para fins de colonização, por igual área na outra margem do rio, ou seja, 5 mil alqueires, mas essa porção de terra localizada entre os rios Barra Preta e Marrequinha não foi demarcada: “Os índios Kaingang localizavam-se numa larga extensão territorial, que ia do rio Grande, divisa entre São Paulo e Minas Gerais, até os campos ao sul do rio Iguaçú, no Rio Grande do Sul. Este grupo indígena limitava-se a leste pelas vertentes orientais da Serra do Mar, a oeste pelas barrancas do rio Paraná; abrangendo terras dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo grandes extensões férteis, ricas na flora e na fauna, cortadas pelos rios Tietê, Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri, e Iguaçú”.⁸

As políticas de ocupação territorial sempre afirmaram a existência de um “vazio demográfico”, apontando para a necessidade de colonização destas regiões, mas não levaram em consideração as populações indígenas que eram nativas. Segundo Lúcio Tadeu Mota,⁹ os agentes dessa construção são muitos: a história oficial das companhias colonizadoras; os discursos governamentais; os escritos que fazem a apologia da colonização; os geógrafos que escreveram sobre a ocupação nas décadas de 30 a 50 do século XX; a historiografia

⁷ ADUR apud CAMARGO, Manuel Borba de. *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs*. Curitiba: Base Editora, 1999. p.3.

⁸ MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994. p.66-70.

⁹ MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Índios, jesuítas, bandeirantes e espanhóis no Guairá nos séculos XVI e XVII. *Revista GeoNotas*, Maringá, v.3, n. 3, jul./set.1999.

paranaense produzida nas universidades e, por fim, os livros didáticos que, utilizando essas fontes, repetem para milhares de estudantes do Estado a idéia de que as terras indígenas do terceiro planalto do Paraná constituíam um imenso “vazio demográfico” pronto a ser ocupado pelos pioneiros. As populações indígenas, freqüentemente afetadas pelas desapropriações de terras, pelas próprias características de seu modo de vida, possuem uma vinculação orgânica com a terra, seu principal meio de produção. Assim, conforme narra a literatura regional, esse seria o motivo para que começassem os desentendimentos com os colonizadores, pois esses, assegurando os direitos sobre sua posse, continuavam alargando e melhorando a terra. Esses desentendimentos desembocaram, em abril de 1923, no conflito supracitado, interpretado de formas diferentes pelas fontes que analisamos neste artigo. Segundo o livro de Manuel Borba de Camargo, a atitude tomada pelo Estado através do decreto nº 294 de 1913 foi o bastante para que os “inseguros em seus direitos preparassem a revolta, com líderes e chefes que até os nossos dias permanecem no anonimato”.¹⁰ Os colonos começaram a reduzir a reserva dos Kaingang e estes iniciaram a onda de saques aos sítios, furtando porcos para a alimentação: “Pois lhes faltavam a caça, que é abatida indiscriminadamente pelos colonos”.¹¹ Quando pegos com o produto do furto, os índios eram chamados à presença de autoridades, maltratados ou mortos. Os caciques responsáveis pelos aldeamentos e toldos optaram pela revolta como única forma de recuperar suas terras e pôr fim às crueldades cometidas pelos colonos. No livro *Abril Violento*, os mais exaltados e que teriam convocado o aldeamento à revolta são os caciques Pinheiro, Bandeira e Simplício. Já no livro *Lendário Caminho do Peabiru na Serra da Pitanga*, a negligência da Inspetoria dos Índios e do Povoamento do Solo, “cujo chefe sentado lá em Curitiba, dava ordens impossíveis de serem praticadas no sertão”,¹² é indicada como a principal causa do confronto. Segundo esse livro, os nomes dos líderes são Jucelin e Cipriano, diferente dos nomes apontados pelo livro anterior. Terezinha Aguiar Vaz também afirma que os índios não possuíam armas de fogo na invasão.¹³ No entanto, Manuel Borba de Camargo afirma que se juntam aos coroados dois “padres” que os exercitaram no manuseio das armas de fogo.¹⁴

¹⁰ CAMARGO, Manuel Borba de. *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs*. Curitiba: Base Editora, 1999. p.21.

¹¹ CAMARGO, Manuel Borba de. *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs*. Curitiba: Base Editora, 1999. p.21.

¹² VAZ, Terezinha Aguiar. *Lendário Caminho do Peabiru na Serra da Pitanga*. Guarapuava: Grafel, 2002. p.91.

¹³ VAZ, Terezinha Aguiar. *Lendário Caminho do Peabiru na Serra da Pitanga*. Guarapuava: Grafel, 2002. p.92.

¹⁴ CAMARGO, Manuel Borba de. *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs*. Curitiba: Base Editora, 1999. p.23.

Segundo Camargo, no dia 1º de abril de 1923, os índios invadiram a sede da Vila da Pitanga. Não havendo resistência, chegaram e saquearam as casas comerciais e domicílios. Manoel Lourenço e sua esposa Geraldina Alvez de Lima permaneceram no povoado, pois o Sr. Manoel acreditava, segundo discorre Camargo, que por sua estima com os índios – muitas vezes fazendo papel de médico, receitando e dando remédios – nada de mal fariam à sua família. Na tentativa de fuga, porém, são impedidos pelos Kaingang na saída do povoado e mortos a tiros e golpes de facão.¹⁵

Ainda segundo Camargo, continuaram no povoado, como sinal de resistência, os colonos Fernando Malko, Ataíde Ferreira, Gil Vaz de Camargo e Emílio Lantzmann, esse foragido da justiça de Prudentópolis. Armados, esperaram à noite. Os índios e os “padres” reuniram-se na capela de Santana para beber e dançar com acordes de gaita.¹⁶ “Os índios acompanhados dos ‘padres’ dançam no interior da capela. [...] Fernando Malko observa: – Essa gente não é padre, não. Porque padre não dança, quanto mais dentro da igreja. É o demônio que está com está gente”.¹⁷ Os defensores da sede entraram na capela e, antes que os índios pudessem revidar, atiraram contra eles. Um dos “padres” foi morto. “Seus cabelos são loiros. Aparenta uns 20 anos”.¹⁸ Não tendo condição de detê-los e com as Winchester descarregadas, os colonos recuaram para as margens do Rio Ernesto. Emílio foi, então, morto pelos índios. “Não tivesse Emílio Lantzmann e seus companheiros na tarde do dia cinco de Abril de 1923 procedido com rigor contra os índios, matando inclusive os ‘padres’ que os lideravam, a sua revolta teria se constituído numa verdadeira guerra e com inúmeras vítimas”.¹⁹

Os índios Kaingang, depois desse confronto, resolveram recolher seus mortos e voltaram para a localidade de Santidade, “quartel general Kaingang” antes da invasão, à margem esquerda do rio Barra Preta. Luiza Petrechen relata no livro de Vaz: “A igreja foi queimada porque não prestou mais de tanto sangue de índio derramado”.²⁰ Esse fato, cujas dimensões não podemos ignorar,

¹⁵ CAMARGO, Manuel Borba de. *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs*. Curitiba: Base Editora, 1999.29.

¹⁶ CAMARGO, Manuel Borba de. *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs*. Curitiba: Base Editora, 1999. p.33-34.

¹⁷ CAMARGO, Manuel Borba de. *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs*. Curitiba: Base Editora, 1999. p.34.

¹⁸ CAMARGO, Manuel Borba de. *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs*. Curitiba: Base Editora, 1999. p.35.

¹⁹ CAMARGO, Manuel Borba de. *Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs*. Curitiba: Base Editora, 1999. p.39.

²⁰ VAZ, Terezinha Aguiar. *Lendário Caminho do Peabiru na Serra da Pitanga*. Guarapuava: Grafel, 2002. p.90.

não foi abordado pelo livro de Manuel Borba de Camargo. Procurando no Arquivo da Matriz de Santana de Pitanga não encontramos nenhum registro de incêndio em 1923. O possível incêndio da igreja será esmiuçado mais adiante neste artigo.

Por sua vez, o jornal “O Pharol”, também permite a problematização das interpretações e versões acerca do conflito que aqui nos interessa. Nas fontes periódicas encontramos dados sobre a sociedade, questões políticas e econômicas, mas devemos analisar estas fontes sem a concepção de que estas sejam imparciais. Para Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. “Nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”.²¹

Para Rémond, a mídia pode assumir forma política, dependendo do público ao qual se destina. “Os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas”.²² É preciso antes de tudo historicizar a fonte periódica. “O conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas”.²³ Pensando dessa forma, fazemos um breve histórico da fonte analisada, o jornal “O Pharol”. Criado em 1919, era distribuído semanalmente, aos domingos. O jornal era de propriedade de Antonio Lustosa de Oliveira, uma das principais figuras políticas guarapuavanas. “O Pharol” circulou com este nome de 1919 a 1936, quando passou a se chamar “Folha do Oeste”. Lustosa sempre fez questão de deixar claro seu posicionamento político em seus textos no jornal. Suas idéias sobre os mais variados assuntos permearam toda a produção de seu periódico.

As três edições que noticiaram o conflito na Vila da Pitanga datam de 08, 15 e 22 de abril. As notícias não são assinadas, contudo, no expediente, os redatores (que provavelmente produziram os textos) são Antonio Tupy Pinheiro e Epaminondas Camargo. Na primeira edição na qual o conflito foi noticiado, o título utilizado é “Banditismo na Pitanga”.²⁴ O texto ocupa uma coluna e um parágrafo da página dois. É importante perceber o tamanho e a disposição da

²¹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p.19.

²² RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441.

²³ LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 139.

²⁴ BANDITISMO na Pitanga. *O Pharol*. 138, 8 abr. 1923. p.2.

notícia na página para que se possa identificar o grau de importância que o jornal conferiu ao fato. Segundo esta notícia, havia um agrupamento de índios chefiado por dois indivíduos fantasiados de padres, “tornando o movimento com caracter de fanatismo”.²⁵ Famílias chegaram a Guarapuava e trouxeram informações de que o número de bandoleiros chegava a 150 ou 200 homens. O jornal afirma que o delegado de Guarapuava receberia um ofício comunicando a junção do bando há “dias atrás”, informando os saques às casas comerciais.²⁶

O jornal discorda dos boatos de que o bando chegaria a Guarapuava, “isso não acreditamos a não ser a causa de tal reunião, o roubo por indivíduos, que se intitulam chefes”.²⁷ A notícia termina dizendo que não há motivos para pânico e que a ação das autoridades “já se fez sentir”.²⁸ Desde o título, o grupo de índios é percebido como bandidos chefiados por indivíduos fantasiados de padres. Segundo o jornal, o movimento é de fanatismo, porém sem cunho religioso, o intuito é apenas o saque. A ação das autoridades, que será exaltada durante todas as três edições, já é mencionada nesta.

“Os últimos acontecimentos na Serra da Pitanga” é o título da notícia da segunda edição.²⁹ Agora na capa, página inteira com seis colunas, nela tentou-se fazer uma cobertura total dos últimos fatos. A notícia começa fazendo uma retrospectiva da anterior, dizendo que “noticiamos a existência de índios armados na Serra da Pitanga e que ali cometiam uma série de crimes: Saques, depredações e mortes, sem se saber ao certo o motivo e o fim daquela gente.”³⁰ O jornal é claro ao dizer que não tem pleno conhecimento da causa de tal agrupamento: Uns comentavam ser antigas questões de terras doadas pelo governo, outros opinavam pela existência de bandidos refugiados e que ali abusavam das fraquezas dos índios, fanatizaram-nos para o fim único da fácil execução de crimes dictados, pelos seu instictos.³¹

O jornal ressalta a prudência do tenente delegado, “evitando fazer sciencia de factos, que não fossem realmente verídicos e plausíveis de prompta acção.” Também informa e dá como acertada a decisão do tenente de delegar poderes ao Sr. Emilio de Campos em Palmeirinha para ser o informante dos movimentos referentes ao conflito: Corriam noticias de que a horda bandida tencionava atacar esta cidade e assim se fazia necessário, que em Palmeirinha tivesse um homem de confiança, para em qualquer momento de perigo, comunnicar às nossas autoridades, a aproximação dos bandoleiros.³²

²⁵ BANDITISMO na Pitanga. *O Pharol*. 138, 8 abr. 1923. p.2.

²⁶ BANDITISMO na Pitanga. *O Pharol*. 138, 8 abr. 1923. p.2.

²⁷ BANDITISMO na Pitanga. *O Pharol*. 138, 8 abr. 1923. p.2.

²⁸ BANDITISMO na Pitanga. *O Pharol*. 138, 8 abr. 1923. p.2.

²⁹ OS últimos acontecimentos da Serra da Pitanga. *O Pharol*. 139, 15 abr. 1923. p.1.

³⁰ OS últimos acontecimentos da Serra da Pitanga. *O Pharol*. 139, 15 abr. 1923. p.1.

³¹ OS últimos acontecimentos da Serra da Pitanga. *O Pharol*. 139, 15 abr. 1923. p.1.

³² OS últimos acontecimentos da Serra da Pitanga. *O Pharol*. 139, 15 abr. 1923. p.1.

O Exmo. Dr. Chefe de Polícia (pelo tratamento supõe-se que seja o chefe superior de Curitiba), de acordo com as comunicações que recebeu, enviou o Tenente Pedro Nolasco e munições “sufficientes para dar combate aos bandidos”.

Quando as cousas estavam nesse pé e que se tinha conhecimento da resistência heróica que estava na Pitanga, fazendo o servidor cidadão Pedro Mendes de Oliveira, eis que em a noite de 10 corrente, as nossas autoridades receberam, do snr. Emilio de Campos, a comunicação de estar o bando de índios próximo de Palmeirinha e que ali, elles, estavam sem recurso de enfrentar ao inimigo, tendo se estabelecido o pânico nos habitantes daquelle districto. A noticia alarmante fez sentir o breve ataque, que receberia esta cidade, então desarmada e aberta.³³

Sob ameaça do perigo indígena, segundo o jornal, muitas famílias começaram a deixar a cidade. “A noite era de péssimo tempo: chuvosa e escura. Houve horrível pânico”.³⁴ As autoridades são exaltadas no jornal como cumpridoras de seus deveres, providenciando tudo da melhor forma. O tenente Nolasco, que vinha de Curitiba para dar fim ao conflito, estava a caminho. O jornal informava que ele tinha passado por Prudentópolis às 9h da noite, mas o trajeto era difícil por causa da chuva. “E foi, assim, uma noite de imprevistos e soffrimentos para Guarapuava”.³⁵ Segundo o jornal, na manhã seguinte soube-se que o Sr. Emilio de Campos havia sido mal informado, o grupo de índios continuava em Pitanga: “O prejuízo dessa noticia foi plenamente visível: combaliu moralmente a nossa população, que soffreu o amargor de abandonar os seus lares e dispender avultadas quantias em viagens: e, alarmou, com certeza, as cidades outras do Estado, para onde foram passados avisos telegraphicos”.³⁶

A resistência dos colonos é exaltada como um ato de bravura patriótica, e surge nas páginas do jornal um herói do conflito, Pedro Mendes.

Patriotas comandados pelo prestável. [...] Este prestável cidadão, que num rasgo de heroísmo, dispõe-se a dar fim no bando assassino, ali resistiu valentemente com os seus denodados ajudantes, impedindo, que ficassem os bandidos, senhores de todo aquelle meio. Serviços, como esse, ennobrece a conducta de um cidadão, que bem merece o titulo de abnegado. Nos diversos encontros havidos, lá, mereceu grande

³³ OS últimos acontecimentos da Serra da Pitanga. *O Pharol*. 139, 15 abr. 1923. p.1.

³⁴ OS últimos acontecimentos da Serra da Pitanga. *O Pharol*. 139, 15 abr. 1923. p.1.

³⁵ OS últimos acontecimentos da Serra da Pitanga. *O Pharol*. 139, 15 abr. 1923. p.1.

³⁶ OS últimos acontecimentos da Serra da Pitanga. *O Pharol*. 139, 15 abr. 1923. p.1.

numero de índios, que se atiravam ferozmente á luta. O sr. Pedro Mendes teve alguns mortos, dentre os seus homens.³⁷

O tenente Nolasco seguiu para Pitanga no dia 11 de abril com 12 homens e com cerca de 20 moradores de Palmeirinha que aderiram ao seu comando. As últimas informações que o jornal tinha do conflito é que os índios atacados por Pedro Mendes estavam fugidos nas matas. O jornal afirma que acreditava na ação do Sub-delegado da Pitanga para “debellar o mal ali existente,” e afirma o merecido agradecimento e louvor, por parte da população, da conduta do tenente Raposo Tavares Netto e especialmente do senhor Prefeito Interino. O trabalho das autoridades é sempre lembrado pelo jornal: “As nossas outras autoridades também muito trabalharam para o pleno êxito da questão”.³⁸

Para o jornal, o índio é tido como selvagem. Isso pode ser notado na passagem que relata a chegada à Guarapuava de um adolescente gravemente ferido, “essa pequena vítima de selvageria”: “Cremos, que esses factos estão terminados e que os índios amedrontados pela chegada de forças, fugiram em completa debandada. Será, porem, muito bom, que mais tarde não venham elles novamente nos encommodar; pois bem sabe do instincto vingativo dos selvagens”.³⁹ O jornal diz que não sabe de fonte limpa as causas do agrupamento indígena, e que é de interesse do mesmo noticiar quando “scientificarmos da veracidade do fim dessa gente, que já deu visível encommodo á Guarapuava”.⁴⁰ O motivo simplista apresentado na edição anterior de que o grupo queria apenas cometer furto é descartado e a participação dos ditos “padres” esquecida.

Já na edição 140, do dia 22 de abril de 1923, publicou-se a matéria “Guarapuava, com os últimos acontecimentos da Pitanga, sempre foi lembrada”, a notícia volta à página dois e as duas colunas discorrem sobre a repercussão do conflito em Curitiba.⁴¹

Os jornais da capital trataram “minuciosamente dos factos, que se desenrolaram, aqui, quando da passagem dos dias, que a prostraram em dúvida e temor dos Índios da Pitanga”.⁴² Diante dos despachos telegráficos transmitidos de Guarapuava, Curitiba alarmou-se, e segundo o jornal, “os enganos começaram aqui e acabaram lá”.⁴³

³⁷ OS últimos acontecimentos da Serra da Pitanga. *O Pharol*. 139, 15 abr. 1923. p.1.

³⁸ OS últimos acontecimentos da Serra da Pitanga. *O Pharol*. 139, 15 abr. 1923. p.1.

³⁹ OS últimos acontecimentos da Serra da Pitanga. *O Pharol*. 139, 15 abr. 1923. p.1.

⁴⁰ OS últimos acontecimentos da Serra da Pitanga. *O Pharol*. 139, 15 abr. 1923. p.1.

⁴¹ GUARAPUAVA, com os últimos acontecimentos da Pitanga, sempre foi lembrada. *O Pharol*. 140, 22 abr. 1923. p.2.

⁴² GUARAPUAVA, com os últimos acontecimentos da Pitanga, sempre foi lembrada. *O Pharol*. 140, 22 abr. 1923. p.2.

⁴³ GUARAPUAVA, com os últimos acontecimentos da Pitanga, sempre foi lembrada. *O Pharol*. 140, 22 abr. 1923. p.2.

“A ‘Gazeta do Povo’ foi o jornal, que mal informadas notícias, recebeu. Tudo ali era maior que a realidade”.⁴⁴ “O Pharol” diz que aquele jornal afirmou que vieram para Guarapuava 20 soldados e que se juntaram a 18 da cidade, mas, segundo o periódico de Guarapuava, “nem vieram 20 e nem aqui há 18 praças”.⁴⁵ Ainda segundo “O Pharol”, o jornal “Gazeta do Povo” disse que a população somente apavorou-se devido às notícias extravagantes transmitidas pelas autoridades “sem o menor visio de verdade”. “*Hoje todos estão convencidos da grande falta de verdade passada pelas autoridades ao povo.*”⁴⁶ O grifo é do jornal “O Pharol”, em trecho possivelmente retirado da Gazeta, e a defesa continua:

Nós que, pautamos pela verdade e pela Justiça, energicamente em justíssimo protesto, desmentimos categoricamente o correspondente, que faltou com a verdade – Que telegraphou sem o *menor visio de verdade* e sim com uma carrada de paixão política. Firmes em nossa imparcialidade affirmamos, mais uma vez, que a conducta pacifica, das nossas autoridades, foi em todo terreno, muitíssima verdadeira.⁴⁷

“O Pharol”, em sua alegação, afirma que só quando o Tenente Raposo teve conhecimento verídico dos fatos telegrafou ao Dr. Chefe de Policia, e que o prefeito e promotor público “agiram dentro da calma, da Justiça e da energia necessária.” E continua, “se houve alguma mentira esta foi espalhada por alguns populares *medrosos* ou *mentirosos*.”⁴⁸ O jornal atribui a culpa das mentiras ao então encarregado para dar informações, o Sr. Emilio de Campos: “A comunicação do snr. Emilio resava, ter recebido noticias de estar o bando de Índios, se aproximando de Palmeirinha. Ora este dista, da cidade, 3 leguas e meia. Era, pois, motivo de providencias defensoras da cidade.[...] Alguém, não sabemos quem fosse, argumentou a nota e já se propalou, que os índios estavam chegando na cidade. E que culpa têm disso as autoridades?”⁴⁹

⁴⁴ GUARAPUAVA, com os últimos acontecimentos da Pitanga, sempre foi lembrada. *O Pharol*. 140, 22 abr. 1923. p.2.

⁴⁵ GUARAPUAVA, com os últimos acontecimentos da Pitanga, sempre foi lembrada. *O Pharol*. 140, 22 abr. 1923. p.2.

⁴⁶ GUARAPUAVA, com os últimos acontecimentos da Pitanga, sempre foi lembrada. *O Pharol*. 140, 22 abr. 1923. p.2.

⁴⁷ GUARAPUAVA, com os últimos acontecimentos da Pitanga, sempre foi lembrada. *O Pharol*. 140, 22 abr. 1923. p.2.

⁴⁸ GUARAPUAVA, com os últimos acontecimentos da Pitanga, sempre foi lembrada. *O Pharol*. 140, 22 abr. 1923. p.2.

⁴⁹ GUARAPUAVA, com os últimos acontecimentos da Pitanga, sempre foi lembrada. *O Pharol*. 140, 22 abr. 1923. p.2.

“*Tempo de guerra mentira como terra*”, com esse título termina a última parte da terceira notícia de “O Pharol” sobre o conflito, defendendo, como fez desde as primeiras notícias, as ações das autoridades.

Mentem, porem, os que não tem responsabilidade alguma. Homens de caracter e de peso como as nossas autoridades, nunca praticariam semelhante actos, fazendo a população toda soffrer, inclusive as suas famílias. Essa mentira do correspondente é mesquinha e prejudicial, somente visando fins políticos. A doença, a mania de atacar aos que dirigem competente e dignamente os nosso destinos. Protesta, pois, no cumprimento do seu dever, essa mentira, o ‘Pharol’, que está com a verdade – *a luz guiadora dos seus actos*.⁵⁰

Encontramos no livro *As guerras dos índios Kaingangs: a história épica dos índios Kaingangs no Paraná (1769-1924)*, publicado em 1994, por Lúcio Tadeu Mota, alguns fragmentos dos jornais de Curitiba sobre o conflito. As fontes impressas que o autor utiliza para retratar o conflito aqui estudado são a “Gazeta do Povo”, o “Diário da Tarde” e o “Jornal Comércio do Paraná”. “Nossa análise sobre a resistência Kaingang, no Paraná, inicia-se com os relatos da expedição do tenente-coronel Afonso Botelho em 1768 e termina com os acontecimentos na serra da Pitanga na década de vinte deste século”.⁵¹ A “Gazeta do Povo”, como mostra Mota, acusou o Serviço de Proteção ao Índio, SPI, como responsável pela revolta dos indígenas. Segundo o autor, o cerrado ataque que a imprensa fez a um dos seus funcionários faz parte da campanha de desgaste do órgão no Paraná.

O jornal “Comércio do Paraná”, no dia 10 de abril de 1923, publicou um telegrama assinado por moradores de Guarapuava dizendo que a população estava ameaçada por um grupo de bandidos: “Há três dias a população esta alarmada motivada pela sublevação dos índios da Pitanga, [...] Os sediciosos são em número de duzentos e prometem vir atacar a cidade indefesa. Apelamos em nome da família guarapuavana para que sejam dadas providências urgentes”.⁵² O “Diário da Tarde”, também em 10 de abril, noticiou a situação de pânico na região, dizendo que, no dia 09 de abril, os atacantes haviam chegado

⁵⁰ GUARAPUAVA, com os últimos acontecimentos da Pitanga, sempre foi lembrada. *O Pharol*. 140, 22 abr. 1923. p.2.

⁵¹ MOTA, L. T. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994. p.6.

⁵² MOTA, L. T. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994. p.166.

à localidade de Palmeirinha, a cinco léguas de Guarapuava. No dia 17 de abril, publicou uma carta relatando a noite de pavor que Guarapuava viveu no dia 09.⁵³

Através desses fragmentos de texto e da análise de Mota, que indica o intento em culpar por negligência o Serviço de Proteção ao Índio, podemos compreender a revolta do defensor das autoridades que é ligado aos preceitos de um grupo político guarapuavano, o jornal “O Pharol”. O jornal exalta em todas as matérias as ações das autoridades, que por sua vez são criticadas pelos jornais curitibanos. Assim, não vemos nas fontes periódicas apenas um conflito que afige uma vila, mas também um combate, em nível estadual, de facções políticas.

A fonte periódica, diferentemente da literatura, não indica como a causa ou o motivo uma questão de luta por território. A conclusão do jornal parte para o fanatismo religioso, saques, ou ainda asseguram que não têm pleno conhecimento da veracidade dos fatos.

A última fonte que nos propomos a analisar é um processo de promotoria pública que está no Arquivo Histórico de Guarapuava e que tem como principais réus os índios Manoel José Bandeira e Joscelym Borba dos Santos. “O processo criminal é uma fonte institucional, produzida pela justiça e carregada de manifestações de interesses distintos, que filtram – por meio da pena do escrivão – os relatos dos envolvidos.”⁵⁴

As 131 páginas contêm a denúncia por parte do Ministério Público, exames cadavéricos, exames de corpo de delito nas casas e estabelecimentos comerciais, mandado de prisão preventiva, auto de perguntas às testemunhas, interrogatório dos índios detidos, libelo, ata do júri que absolveu os réus. O processo data de três de setembro de 1923 e foi feito em Guarapuava, já que a Vila da Pitanga pertencia ao município, e quem o assina é o escrivão interino Fernando Cleve. Analisaremos principalmente os cinco interrogatórios dos índios detidos e também, como fontes complementares, os testemunhos de oito habitantes da vila. “Ao examinar os processos crimes é preciso estar atento aos elementos que se repetem de forma sistemática, mentiras ou contradições que aparecem com frequência, versões que se reproduzem várias vezes.”⁵⁵

Em 29 de abril de 1923, na denúncia do processo, são citados 29 índios residentes no Toldo de Pitanga e no Município de Reserva.

⁵³ MOTA, L. T. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994. p.167.

⁵⁴ FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888*. São Paulo: EDUNESP, 2005. p.26.

⁵⁵ CHALHOUB apud FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888*. São Paulo: EDUNESP, 2005. p.27.

No dia 02 do corrente mez, em companhia dos Índios Tonico Capera e Bonifácio de Tal chegou ao Districto da Serra da Pitanga, uma turma de Índios, com o fim de fazer saques naquelle Districto. Esses Índios se diziam enviados por um tal João Maria, intitulado MONGE, de residência ignorada, e traziam como chefes Tonico Capera e Bonifácio de Tal, já referidos, que vestiam vestes de padres. Chegando essa turma em Pitanga, se reuniu com os Índios alli existentes e iniciou a pratica dos crimes como se descreve: Nos dias 2, 3, 4, 5 e 6 saquearam as casas commerciais de Manoel Mendes de Camargo e Generoso Walter e as particulares [...] levando dessas casas todas as mercadorias existentes e danificando os utensilios; assassinaram Manoel Lourenço, sua mulher D. Geraldina Alves de Lima, Emilio Lansmann, a tiros e a golpes de facão, degolando em seguida os cadáveres, abrindo o ventre de D. Geraldina, donde extrahiram uma criança ainda viva, que mataram, e depois disso picaram bem miúdo esses cadáver; accresce que alem dessas e outras victimas, que não se sabe, os mesmos Índios feriram gravemente a criança de nome João Bua., que veio a fallecer, desses ferimentos, no Hospital de Caridade dessa cidade, para onde foi transportada depois de ferida. Diante das atrocidades e depredações commettidas pelos Índios houve reacção da parte da população de Pitanga, havendo alguns combates nos quaes falleceram os Índios de nomes Manoel Mendes, Domingos dos Santos, José Caetano e um dos seus chefes de nome Tonico Capanema. Estão provados esses factos pelas peças do inquérito policial de fls. constantes dos autos de corpo de delictos, confissões dos accusados e depoimentos das testemunhas.⁵⁶

Segundo o processo, foram cometidos os crimes previstos no Código Penal de 1890⁵⁷. Os artigos e parágrafos são descritos adiante: artigo 294, parágrafo 1º, “matar alguém”, combinado com o §3º do art. 66, “quando o criminoso, pelo mesmo facto, e com uma só intenção, tiver commettido mais de um crime, impor-se-lhe-á no grau máximo a pena mais grave em que houver incorrido”. O artigo 8º, §1º, diz que “são autores os que directamente resolverem e executarem o crime”. Do artigo 39, o parágrafo 4º, “ter o delinqüente sido impellido por motivo reprovado ou frívolo”, o parágrafo 5º, “ter o delinqüente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o offendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellir a offensa”, e o parágrafo 15º “ter sido o crime commettido faltando o delinqüente ao respeito devido à idade, ou à enfermidade do offendido”. E ainda segundo o processo, tudo o que tange o Código Penal Brasileiro.

⁵⁶ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p.2-3.

Foi decretada a prisão preventiva dos réus dado o fato de terem domicílio incerto e, pela sua incapacidade legal, é nomeado um curador, “na forma do que preceitua o parágrafo único do art. 341 do Código de Processo Criminal do Estado e demais disposições da lei”.⁵⁸

Treze pessoas residentes no distrito Serra da Pitanga são arroladas como testemunhas pelo promotor público Antonio Ribeiro de Brito, porém apenas oito são ouvidas. Para os laudos de exame cadavérico e dos saques às casas e ao comércio são nomeados peritos não profissionais.⁵⁹

Os laudos de exames cadavéricos foram feitos em 17 de abril de 1923, nos índios Manoel Mendes, Domingo de Tal e José Caetano. São especificadas como armas: espingarda de chumbo, winchester e instrumento de corte (facão). O laudo também indica o lugar em que foram encontrados os corpos. O primeiro e o segundo no lado direito da igreja, e o terceiro numa picada de mato que ia da sede à margem do rio Ivaí. Não há nenhuma menção de corpo encontrado dentro da igreja.⁶⁰ Somam-se a esses autos sete exames de corpo de delito nas casas de moradores e estabelecimentos comerciais.⁶¹

Os cinco autos de perguntas que analisaremos foram feitos com os indígenas ainda na vila, na data de 18 de abril de 1923. O primeiro interrogado é Jocelym Borba dos Santos, 65 anos, diarista.⁶² Segundo Jocelym, índios chegaram do Ivaí com dois moços mandados pelo monge que havia ficado no olho d’água santo. Eles traziam ordens do monge para que saqueassem e matassem o pessoal da vila. Posteriormente, a intenção era de o grupo seguir para saquear Guarapuava, contra o que Jocelym havia protestado, sendo obrigado pelos indígenas do Ivaí. Sobre os homicídios, ele afirmou que mataram um dos agressores do baile e montaram piquete para matar quem passasse por ali, no caso, D. Geraldina, seu esposo Manoel Lourenço e um filho pequeno. Seus

⁵⁷ PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

⁵⁸ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p.4.

⁵⁹ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p.2.

⁶⁰ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p.4-10.

⁶¹ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p.13-20.

⁶² JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p.19.

companheiros esfaquearam mais um menino camarada de Manoel Lourenço na roça e depois levaram muitos cavalos e parte do roubo ao monge intitulado João Maria, conclui o interrogado.⁶³ Joaquim Borba dos Santos, 28 anos, diarista, o segundo interrogado, faz praticamente o mesmo relato do anterior. No interrogatório de Sopriano Cordeiro, 18 anos, diarista, uma palavra que aparece pela primeira e talvez única vez no processo chama a atenção. O índio, ao abordar os moradores da vila, não os trata apenas como colonos, mas como portugueses. “Veio diversos Índios do Ivahy com ordens do Monge para os Índios daqui saquearem e matarem os portugueses e assim foi comprida as ordens”.⁶⁴ Manoel José Bandeira, 25 anos, lavrador⁶⁵, também afirma que a intenção do grupo era chegar até Guarapuava para saquear o banco e o comércio. No dia 2, ele rezava na igreja com um dos moços, Tônico de Tal, quando o outro moço junto com os índios do Ivahy saqueou a vila. O depoente diz que os índios, mais de cem, foram tomar pinga e depois saquearam mais casas. Na casa de Fernando Malko encontraram resistência, ele fugiu dando tiros, mas não acertou nenhum dos índios.⁶⁶ À noite fizeram um baile na casa de Antonio Forkim e foram surpreendidos por um tiroteio. Na perseguição aos seus agressores, um homem deu um tiro em Tônico, o depoente atirou no homem e o matou em seguida. Cortaram a cabeça do mesmo e as partes baixas tirando sua roupa, depois souberam que era Emílio. Depois de novos saques transportaram as mercadorias para o Ivaí. Segundo Manoel, os animais e mercadorias estariam com o monge em Barra Preta: “Tendo o depoente se retirado para sua residência afim de auxiliar da sepultura a vítima do baile e fugir para o Ivahy soube depois que houve um tiroteio dado pelo povo contra os Índios onde foram mortos Manoel Mendes, Domingos, José Polaco, e foram seguidos sendo alcançados na borboleta por diversas pessoas que não conheceu nenhum delles havendo novo tiroteio onde morreram mais os Índios Gumercindo, uma Índia cujo nome inguinora e Caetano de Tal”.⁶⁷

⁶³ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p.19.

⁶⁴ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 25.

⁶⁵ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 23.

⁶⁶ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 23.

⁶⁷ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 27.

O último interrogado foi João Fernandes, idade ignorada, diarista da Barra Preta. Ele disse que não estava na vila da Pitanga e que veio buscar os pais velhos quando soube do ocorrido. Não sabia quem era o chefe e conhecia somente alguns nomes dos índios que fizeram parte do movimento. “Sabe por ouvir dizer que estiveram aqui na Pitanga os enviados do Monge junto com os índios do Ivahy”.⁶⁸

A primeira testemunha informante foi Lucilia Alves de Freitas, 14 anos, filha do casal assassinado pelos indígenas. Segundo Lucilia, seus pais fugiam de Pitanga com seis filhos quando, ao chegar ao canto da cerca do Sr. Albino, encontraram um índio, o qual deu um assovio chamando os outros. “Seu pae pediu licença para passar e recebendo como resposta um tiro em seguida sua mãe correu para atender seu pae o que levou outro tiro e em seguida muitos índios acabaram de matá-los a cacete e facão.”⁶⁹ A depoente fugiu pelo mato com seus irmãos e, por conta do medo, não pôde reconhecer os assassinos de seus pais.⁷⁰

O filho de Manoel Alves Lourenço e Geraldina Alves de Lima, Abel Alves de Lima, este com nove anos de idade, prestou testemunho. O menino reconheceu dois índios: Manoel José Bandeira, que deu o primeiro tiro em seu pai, foi reconhecido por causa do dedo indicador “pitoco” da mão esquerda; reconheceu, ainda, o índio José Caetano. Abel disse que não pôde reconhecer os outros porque estavam em grande número e também porque fugiu com seus irmãos, sendo perseguidos até certa distância.⁷¹

A terceira testemunha, Rodolpho Machado da Silva, 41 anos, lavrador, mencionou a ação de defesa por parte dos moradores. “O povo reunidos foram atacar o bando de ladrões e assassinos estranguladores havendo tiroteiro [...] que fez parte dos defensores das famílias contra os bandidos”.⁷² Rodolpho soube informar vinte e cinco nomes de índios, três falecidos e dois presos, e

⁶⁸ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 28.

⁶⁹ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 28.

⁷⁰ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 28.

⁷¹ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 29.

⁷² JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 29.

ainda disse que havia outros índios que não conhecia e índias que também participaram dos saques. Além do saque às casas comerciais e de particulares, ele disse que foram levados muitos animais para a Costa do Ivaí.⁷³

Cesimando Lopes Cordeiro, 29 anos, lavrador, diz que viu antes dos saques os índios de Pitanga e da Costa do Ivaí se reunirem na igreja. Após o saque à casa de Antonio Forkim, ele se retirou da vila, voltando apenas depois e encontrando as casas arrombadas e os mortos. Esta testemunha indicou quatorze nomes e também disse que não conhecia muitos dos índios que atacaram a vila.⁷⁴

A quinta testemunha, Ozório Climaco Prates, 41 anos, lavrador, disse que morava a oito quilômetros e que veio saber dos acontecimentos apenas no dia quatro. Ozório viu os corpos de todos os mortos, degolados e destripados, e ressaltou que o povo indignado se reuniu para dar combate aos índios. O lavrador também conhecia alguns dos indígenas, e afirmou que não conhecia os que serviam de padres.

José Antunes da Costa, 31 anos, lavrador, foi a sexta testemunha, e fez praticamente os mesmos relatos das testemunhas anteriores. Ao falar da defesa, José disse: “que invirtude desses crimes ouve uma reunião de homens que foram repelir os índios sendo recebidos a bala havendo tiroteio [...] os homens que defenderam a família e a propriedade.”⁷⁵ Segundo José, havia cerca de cem índios e índias, e ele soube informar o nome de três.⁷⁶

Salvador Antunes da Costa, 29 anos, lavrador, viu mais de cem índios e índias de Pitanga e da Costa do Ivaí arrombarem as casas. Tendo ouvido muitos tiros na noite de cinco de abril e na manhã seguinte, retirou sua família para Serra Verde, sabendo depois das mortes de Emílio, Manoel e sua esposa. Só reconheceu o índio Manoel José Bandeira.⁷⁷ A última testemunha a ser ouvida

⁷³ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 29.

⁷⁴ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 30.

⁷⁵ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 32.

⁷⁶ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 32.

⁷⁷ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal nº. 92321391, caixa nº. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 33.

foi Cesário Vaz de Oliveira, 50 anos, lavrador, que relatou os mesmos fatos já mencionados, bem como disse conhecer apenas o índio Manoel José Bandeira.⁷⁸

Segundo o documento da Promotoria Pública, os dois homens que se diziam padres e usavam a vestimenta de tal não passavam de farsantes mandados pelo Monge João Maria. Pode-se verificar, em todos os interrogatórios dos acusados, que o monge João Maria é apontado como mandante:

[...] No começo deste mez chegou da costa do Ivahy dois moços de nome Roberto de tal e Tonico, a mandado do monge João Maria que havia ficado no olho d'agua Santo, dictos vieram acompanhados por muitos Índios e Índias do Ivahy entre elles os seus conhecidos [...], e os mesmos torceram ordens do monge já referido para juntamente com os Índios daqui saquearem e matarem o pessoal deste districto fazendo seu alojamento central em Carazinho de onde seguiam para Guarapuava, o que o depoente protestou, sendo obrigado pelos os do Ivahy e começaram o saque pela casa de Antonio Forkim, Fernando Marcos, Generoso Walter, João Vidal, Nestor de tal [...] o depoente fugiu com outros companheiros para costa do Ivahy para onde levaram todo roubo e animais furtados sendo intergue ao Monge [...]⁷⁹

Mas o monge chamado naquela circunstância João Maria não poderia ser o mesmo do Contestado. Conforme Ruy Christovan Wachowicz⁸⁰ foram três: o primeiro, João Maria d'Agostini, que desapareceu; o segundo "monge", Anastás Mercaf, que morreu em 1906; e o terceiro, Miguel Lucena, que assumiu o nome de José de Agostinho e morreu em 1912 num confronto no Contestado. Mas, no imaginário popular dos colonizadores, a figura do monge ficou presente: "A região foi fruto de intensa ocupação imigrante, contudo conviveu com outras de levadas de ocupação, concomitantes e anteriores, e talvez com indivíduos que, abandonando a área do Contestado, trouxeram consigo a crença no monge São João Maria".⁸¹

⁷⁸ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal n.º. 92321391, caixa n.º. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p. 34.

⁷⁹ JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Interrogatório dos quatro índios detidos e testemunho de nove habitantes da vila*. Processo criminal n.º. 92321391, caixa n.º. 62, 1923. Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. p.4.

⁸⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovan. *História do Paraná*. 2.ed. Curitiba: Editora dos Professores, 1968.

⁸¹ IURKIV, José Erondy. *A revolta do Tigre (1955): Posseiros, proprietários e grileiros: uma luta de representação*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, SC, 1999. p. 20.

Na fonte processual, foram “ouvidos”, pela primeira vez, os “protagonistas”, tanto os índios detidos como os colonos. Mas não devemos aceitar esse discurso como “puro”, o detentor da verdade. É preciso considerar o filtro que passa pela pena do escrivão, as escolhas das palavras, a síntese que faz do todo, o apontamento das diferenças.

No entanto, podemos notar que tanto nos interrogatórios como nos testemunhos há uma linha coerente de raciocínio, um relato cronológico dos fatos, apontamentos dos culpados ou motivos que não poderiam ser apenas obra do escrivão.

Este trabalho foi pautado no diálogo com tipologias documentais diferentes, mostrando as peculiaridades de cada uma e, comparativamente, as contradições entre elas. No processo da Promotoria Pública, os réus e chefes do conflito são Manoel José Bandeira e Jocelym Borba dos Santos. Algumas contradições em relação ao que aparece nos dois livros: Caciques Pinheiro e Simplício são os chefes em *Abril Violento*, e Cipriano é apontado como o líder em *Lendário Caminho do Peabiru na Serra da Pitanga*. Por sua vez, para o jornal “O Pharol”, os chefes são os falsos padres.

Na literatura regional são entrevistados os filhos dos colonos que eram crianças na época, e também descendentes que retransmitem a história do conflito por meio da oralidade. É no processo que temos pela primeira vez nas fontes o “outro lado”, a “voz” dos índios acusados, ainda que, norteados pelos rituais e disputas inerentes à construção pactuada da verdade jurídica.

São apontados no processo como tipos de armas utilizados arma de fogo e facão; Borba corrobora essa versão, mas Terezinha Aguiar Vaz reforça a idéia que os índios não possuíam armas de fogo. Na questão ausência de armas de fogo suscitada por Vaz, percebemos um índio idealizado e selvagem, que não possui o contato com as armas, logo não há contato com a técnica do ferro que pertence ao colono.

Selvagem, porém inocente. A incapacidade de discernimento e a manipulação dos indígenas pelos falsos padres são argumentos presentes nas três fontes. No processo, isso é mais evidente no interrogatório, no qual há unanimidade na informação de que os índios foram mandados pelos “padres” enviados pelo monge.

Mesmo Vaz afirmando, por meio do relato de uma pioneira, que a igreja foi queimada por causa da morte de índios em seu interior, os laudos são claros ao informarem o local em que os corpos foram encontrados, dois inclusive bem especificados, ao lado direito da igreja. Outro dado interessante que consta no Arquivo da Matriz de Santana de Pitanga é que o primeiro incêndio ocorreu na Igreja de Santana construída em 1933, ou seja, dez anos após o conflito. Assim, o suposto incêndio da igreja pode ter sido construído simbolicamente pelos colonos para justificar eventuais ações contra os índios. Chegamos a essa conclusão

não somente pela falta de documentação sobre o incêndio suposto por Vaz, mas também pela ausência desse fato nas demais fontes analisadas.

Para a literatura regional a causa principal do conflito foi a questão de terras, o jornal “O Pharol” menciona essa questão e também alude ao fanatismo religioso, aos saques, mas prefere não definir uma causa concreta. Por sua vez, o processo assegura, através do interrogatório dos acusados e das testemunhas, que o objetivo era o saque seguido de mortes.

Um aspecto importante que somente é percebido no trabalho com a fonte processual é a diferenciação de dois grupos, os índios do Ivaí e os índios da Pitanga. Nas demais fontes os índios são tratados de forma homogênea apenas como “índios da Pitanga”.

É travado um embate de heróis. Na literatura regional e no processo são exaltados os nomes do alemão Emílio Lantzmam e de seus companheiros. No periódico, Pedro Mendes seria o grande defensor da vila, e, junto a ele, destaca-se a ação das autoridades que não mediram esforços para dar fim ao conflito.

Também no processo podemos perceber, em contradição com as outras fontes que tratam os índios como selvagens, que os indígenas de Pitanga têm contato com a população da vila, pois as testemunhas os identificam dando nome e sobrenome. Outro elemento é que muitos se identificam em uma profissão, lavradores e diaristas. Ou seja, o conceito de selvagem está longe, tanto espacialmente, quando é tema do jornal que está longe do foco do conflito em Guarapuava, quanto temporalmente, na literatura regional produzida em 1999 e 2002.

Permanências e contradições foram percebidas durante o desenrolar desse artigo, e a indicação, análise e interpretação destas várias versões de um mesmo assunto pretende contribuir para aprofundar um tema pouco estudado.